Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade

Gênero e sexualidade em Moçambique: uma análise contextual entre tradições, cultura e perspectivas contemporâneas

Gildo Eusebio Valentim Salvador[1]

Aparecido Francisco Dos Reis[2]

Resumo:

Esta pesquisa aborda o problema das dinâmicas de gênero e sexualidade em Moçambique, onde memórias, crenças e transformações recentes se entrecruzam, moldando relações de poder e identidades sociais. O objetivo é analisar práticas tradicionais como lobolo, levirato e divisão sexual do trabalho, além da evolução histórica do movimento LGBT, desde o período colonial até a LAMBDA contemporânea. Adota-se abordagem qualitativa e interdisciplinar, integrando sociologia, antropologia e estudos culturais, com revisão de instituições e vozes locais. Os resultados indicam que, apesar de reformas legais promoverem igualdade, persistem barreiras culturais e simbólicas. Conclui-se que a inclusão plena exige legislação aliada a um trabalho cultural de longo prazo, dialogando com tradições sem exclusão. **Palavras-chave:** gênero; sexualidade; Moçambique; movimento LGBT; tradições culturais.

Abstract:

This research addresses the dynamics of gender and sexuality in Mozambique, where memories, beliefs, and recent transformations intersect, shaping power relations and social identities. The objective is to analyze traditional practices such as lobolo, levirato, and sexual division of labor, alongside the historical evolution of the LGBT movement from the colonial period to the contemporary LAMBDA. A qualitative and interdisciplinary approach is adopted, integrating sociology, anthropology, and cultural studies, with a review of institutions and local voices. Results indicate that, despite legal reforms promoting equality, cultural and symbolic barriers persist. It concludes that full inclusion requires legislation allied with long-term cultural work, engaging traditions without exclusion. **Keywords:** gender; sexuality; Mozambique; LGBT movement; cultural traditions.

[1] Estudante de Pós-graduação em Antropologia Social, UFMS-CAPES. tuariqeusebio@gmail.com
[2] Docente permanente do PPGAS-UFMS. E-mail: aparecido.reis@ufms.br

Introdução

Em Moçambique, falar de gênero e sexualidade é revisitar histórias que atravessam famílias, aldeias, cidades e instituições. As masculinidades e feminilidades que hoje se reconhecem foram moldadas tanto por tradições comunitárias quanto por interferências coloniais e políticas estatais da pós-independência. Esses elementos coexistem por vezes de forma harmoniosa, por vezes em tensão e estruturam modos de vida, expectativas sociais e formas de expressar o afeto. Este artigo, investiga como esses elementos se entrelaçam, contribuindo para a construção de identidades e para a reprodução de desigualdades. Parte-se de uma pergunta central: como as noções de gênero e sexualidade são construídas, contestadas e vividas no contexto moçambicano? A relevância do estudo está na necessidade de aprofundar discussões ainda incipientes na literatura nacional, sobretudo diante das transformações culturais recentes e do fortalecimento de agendas ligadas aos direitos humanos.

O artigo pretende explorar como tradições comunitárias (como lobolo e levirato), interferências coloniais e políticas pós-independência moldam as identidades de gênero e sexualidade no contexto moçambicano, identificando tensões entre persistência patriarcal, diferenças regionais e avanços em autonomia feminina e diversidade identitária.

Os objetivos específicos incluem: definir os conceitos centrais; analisar como tradições e sistemas de parentesco influenciam as diferenças de gênero; compreender a formação histórica das redes LGBT no país; e discutir tensões entre avanços legais e resistências socioculturais. O conceito de gênero adotado neste estudo reconhece sua natureza socialmente construída, tal como argumenta Judith Butler (2018), ao afirmar que as identidades de gênero são performativas, isto é, reiteradas em práticas cotidianas.

Marcosur (2018), diz que o gênero funciona como uma categoria analítica que permite compreender como as diferenças sexuais se convertem em mecanismos de poder. No contexto moçambicano, essas construções aparecem de forma evidente em práticas como o lobolo e o levirato, que estruturam alianças familiares e hierarquias

de poder. Paulina Chiziane (2004) aponta que "*a mulher é um ser que carrega o peso da tradição e o fardo da obediência*", revelando como expectativas culturais moldam papéis femininos.

Quanto à sexualidade, Michel Foucault (1999) destaca que ela não é mero dado biológico, mas um dispositivo de poder que regula corpos e comportamentos. Essa visão dialoga com estudos africanos como os de Magaia (1990) e Casimiro (2008), que criticam leituras ocidentais universalizantes e ressaltam a historicidade das identidades em África.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, adequada para explorar fenômenos simbólicos e culturais. O estudo concentra-se em revisão bibliográfica, análise documental e leitura crítica de pesquisas etnográficas realizadas sobre género e sexualidade. O corpus inclui obras literárias moçambicanas, relatórios institucionais, textos acadêmicos, artigos recém-publicados e produções de organizações da sociedade civil. O processo analítico organizou o material em quatro categorias: construção social do gênero; sexualidade e moralidades locais; práticas culturais e sistemas de parentesco; movimentos sociais e políticas de identidade. A triangulação dos dados permitiu identificar convergências e tensões entre diferentes perspectivas teóricas e empíricas.

Os resultados revelam um cenário plural em que práticas tradicionais e transformações recentes coexistem e disputam sentido na vida social moçambicana. Observa-se, de um lado, a sobrevivencias de costumes como o lobolo e o levirato, que continuam a estruturar vínculos familiares, orientar identidades de género e reforçar formas de organização patriarcal. Paralelamente, notam-se expressivas diferenças regionais, já que em muitas comunidades do sul as mulheres têm ampliado sua autonomia económica, enquanto no norte ainda prevalecem modelos familiares mais rígidos e fortemente regulados pela cultura.

A análise mostra também que a sexualidade permanece submetida a fortes mecanismos de controlo social, sustentados tanto por discursos religiosos quanto por narrativas políticas que moldam comportamentos e delimitam a aceitabilidade pública de determinadas expressões identitárias. No que se refere à diversidade sexual, a

trajetória do movimento LGBT evidencia um percurso histórico que vai de sociabilidades discretas, especialmente durante as décadas de 1960, para o surgimento de um ativismo mais visível e organizado após os anos 2000. Iniciativas como o jornal As Cores do Amor desempenharam papel fundamental na formação de redes comunitárias e na consolidação de uma consciência coletiva que, mais tarde, contribuiria para o fortalecimento institucional do movimento.

1. Conceito Social de Género e Sexualidade em Moçambique

As discussões sobre gênero e sexualidade em Moçambique revelam um campo em permanente tensão entre continuidade cultural e transformação social. A forma como homens, mulheres e pessoas com outras identidades são percebidas e tratadas não decorre apenas de fatores biológicos, mas de fatores sociais, por meio de construções históricas e culturais que moldam expectativas, comportamentos e papéis sociais.

Tal como afirma Judith Butler, [...] *o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexistente à obra.* [...] *não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias "expressões" tidas como seus resultados.* (BUTLER, 2003, p. 48). O gênero não é um dado natural, mas um processo "performativo", repetido e reforçado diariamente nas práticas vernáculas, nos discursos e normas que se reproduzem no tempo. Em Moçambique, essas performances são profundamente atravessadas por várias tradições como o lobolo e o levirato, que produzem formas específicas de hierarquia e regulação social.

A. F. Marcosur (2018, p. 271), lembra-nos que o gênero funciona como uma categoria analítica que permite compreender como as diferenças sexuais se convertem em mecanismos de poder. Essa observação ilumina o cenário moçambicano, onde o lobolo[3] embora simbolize alianças familiares, atua como marcador de autoridade

[3] Lobolo é uma prática tradicional que marca o casamento em muitas comunidades moçambicanas e do sul de África. Mais do que uma simples troca de bens, ele representa um acordo social e simbólico

masculina, ao tornar o casamento tradicional inacessível pela maior parte dos homens devido ao alto custo, esse sistema desloca o peso da subsistência para mulheres, sobretudo no sul do país. Nessas regiões, observa-se uma crescente autonomia feminina, contrastando com o norte, onde casamentos mais simbólicos preservam modelos patriarcais mais rígidos. Essa disparidade revela que as relações de gênero não são uniformes no país, mas respondem a arranjos culturais e históricos diferenciados.

Paulina Chiziane, sintetiza a posição da mulher no sistema de relações de poder ao afirmar que ela carrega o peso da tradição e o fardo da obediência a partir do matrimónio, pois, "*o casamento é mesmo um emprego, por isso as donzelas se submetem, obedecem, humilham-se, esperançosas de serem escolhidas para o posto de esposa de velho polígamo* (CHIZIANE, 2004, p. 315). Ela expõe, com notável densidade crítica, a forma como o casamento se converte num dos principais mecanismos de reprodução das relações de poder que atravessam a vida das mulheres. Ao afirmar que a mulher "carrega o peso da tradição e o fardo da obediência", a autora não se limita a uma denúncia moral; ela revela um sistema social no qual o matrimónio deixa de ser apenas um espaço de afeto e passa a funcionar como uma verdadeira instituição disciplinadora. A metáfora do casamento como "emprego" é particularmente reveladora, pois traduz a lógica segundo a qual a mulher é socializada para aceitar a submissão, a humilhação e a espera como condições normais para alcançar reconhecimento social.

Nesse contexto, a obediência feminina não surge como uma escolha individual, mas como um destino cuidadosamente construído pela tradição e legitimado pela comunidade. As jovens "donzelas", descritas por Chiziane, internalizam desde cedo a ideia de que o valor social da mulher depende da sua capacidade de adaptação às exigências do matrimónio, mesmo quando este se organiza em moldes

entre duas famílias. Por meio do lobolo, o casamento deixa de ser apenas uma decisão individual e passa a ser reconhecido pela comunidade, pelos antepassados e pelas estruturas sociais que organizam a vida coletiva. O lobolo expressa respeito à família da mulher e reconhece o papel que ela desempenha na continuidade da vida social. Tradicionalmente, envolve a entrega de bens ou valores que simbolizam essa ligação, e não a "compra" da mulher, como muitas vezes se pensa. A mulher mantém seus laços com a família de origem, ao mesmo tempo que passa a integrar outra família, criando uma rede de alianças e responsabilidades mútuas.

profundamente desiguais, como no caso da poligamia. A expectativa de ser "escolhida" por um homem mais velho evidencia a assimetria de poder que estrutura essas relações, nas quais o desejo e o projeto de vida femininos são frequentemente silenciados em nome da estabilidade social e da continuidade cultural.

Ao tornar visível essa engrenagem, Chiziane desmonta o discurso que naturaliza a submissão feminina como expressão de respeito ou tradição. Sua crítica aponta para o modo como a cultura pode funcionar simultaneamente como espaço de pertença e como instrumento de opressão, transformando a obediência em virtude e a renúncia em obrigação. Assim, a mulher passa a integrar um sistema que define previamente os limites de sua atuação, convertendo o matrimónio num lugar onde se reproduzem hierarquias de género e se reafirma a desigual distribuição de poder entre homens e mulheres.

Já Lina Magaia, (1990, p. 30), ao retratar a experiência da guerra civil moçambicana, oferece uma leitura sensível e politicamente incisiva sobre o lugar das mulheres em contextos de conflito. Em suas narrativas, o gênero não aparece apenas como uma categoria de opressão, mas também como um campo de resistência, no qual as mulheres afirmam sua agência mesmo em cenários marcados pela violência, pela perda e pela instabilidade. Ao dar centralidade às personagens femininas, Magaia rompe com a tendência histórica de relegar as mulheres a papéis secundários ou meramente domésticos, especialmente nos relatos sobre a guerra.

Entretanto, as mulheres não são apenas vítimas passivas do conflito, mas sujeitos que cuidam, organizam, resistem e, muitas vezes, garantem a sobrevivência das comunidades. Elas enfrentam a escassez, o deslocamento forçado e o medo cotidiano, assumindo responsabilidades que ultrapassam os limites tradicionalmente atribuídos ao feminino. Essa presença ativa revela que a guerra, embora profundamente marcada por estruturas patriarcais, também cria brechas nas quais as mulheres redefinem seus papéis e demonstram capacidade de ação e liderança.

Ao evidenciar essas experiências, Lina Magaia desafia a invisibilização histórica das contribuições femininas, frequentemente apagadas das narrativas oficiais e da memória coletiva. Sua escrita funciona, assim, como um gesto político de

reconhecimento, ao inscrever as mulheres no centro da história nacional. O gênero, nesse sentido, deixa de ser apenas uma marca de desigualdade e torna-se um espaço de disputa simbólica, onde se confrontam silêncios impostos e vozes que insistem em se fazer ouvir.

Casimiro, (2008, p. 56), por sua vez, sustenta que a igualdade de gênero não pode ser reduzida a declarações legais ou a princípios abstratos de igualdade formal. Para a autora, ela só se torna possível quando a noção de cidadania incorpora, de maneira concreta, a perspectiva da justiça social, isto é, quando reconhece as desigualdades históricas e estruturais que moldam a vida de mulheres e homens de forma distinta. Essa abordagem desloca o debate do plano meramente normativo para o terreno das condições reais de existência, onde o acesso desigual a recursos, oportunidades e poder continua a limitar o exercício pleno da cidadania por parte das mulheres.

Ao enfatizar o caráter transformador das políticas públicas, Casimiro chama atenção para a necessidade de intervenções que não apenas corrijam desigualdades pontuais, mas que questionem as estruturas que as produzem e reproduzem. Políticas verdadeiramente transformadoras são aquelas capazes de alterar relações de poder enraizadas nas instituições, na família, no mercado de trabalho e no próprio Estado. Sem esse compromisso, iniciativas voltadas à igualdade de gênero correm o risco de se tornarem simbólicas, produzindo avanços superficiais que pouco impactam o cotidiano das mulheres.

"*A Organização Mundial de Saúde (OMS) entende a sexualidade como sendo influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais* (OMS, 2017, p. 22). Ao definir a sexualidade como resultado da interação entre múltiplos fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, legais, históricos, religiosos e espirituais, a Organização Mundial da Saúde propõe uma compreensão ampla e integrada desse fenómeno. Essa perspetiva afasta-se de leituras reducionistas que associam a sexualidade apenas ao corpo ou ao impulso biológico, reconhecendo-a como uma dimensão profundamente enraizada na vida social e na trajetória histórica dos indivíduos e das comunidades.

Essa abordagem permite compreender que a forma como as pessoas vivem, expressam ou silenciam sua sexualidade não depende exclusivamente de escolhas pessoais, mas é moldada por condições sociais concretas. Fatores económicos, por exemplo, influenciam o acesso à informação, aos serviços de saúde e às possibilidades de autonomia; já os fatores políticos e legais delimitam o que é reconhecido como legítimo ou passível de sanção. Do mesmo modo, valores culturais, crenças religiosas e referências espirituais oferecem sentidos morais que orientam comportamentos, afetos e expectativas em torno do corpo e do desejo.

Ao incluir a dimensão histórica, a OMS chama atenção para o facto de que a sexualidade é também produto do tempo. Normas e práticas que hoje parecem naturais foram construídas em contextos específicos e podem ser transformadas. Essa leitura é particularmente relevante em sociedades marcadas por processos coloniais e pós-coloniais, onde modelos externos de moralidade sexual se sobrepuseram a sistemas locais de significado, gerando tensões e reconfigurações nas formas de viver a intimidade.

Em Moçambique, essa regulação é visível nas normas familiares, nos discursos religiosos e nos silêncios que envolvem temas como orientação sexual e diversidade. Assim, não se compreende o gênero e sexualidade sem considerar as cosmologias africanas, porque é de facto nessas culturas que o corpo e o desejo possuem significados comunitários e não apenas individuais. Por isso, em contexto moçambicano, a sexualidade é vivida mais como responsabilidade coletiva.

2. A Construção do Movimento LGBT em Moçambicano

Quando se observa o percurso histórico da diversidade sexual em Moçambique, vê-se que o movimento LGBT não emergiu de forma súbita nos anos 2000. Ele possui raízes numa sociabilidade anterior, que remonta à década de 1960, quando homens brancos como o jornalista Guilherme de Melo[4] viviam suas sexualidades de forma

[4] Guilherme de Melo. (1991). A sombra dos dias, Lisboa: Livraria Bertrand.

discreta em Lourenço Marques (actual Maputo). Mesmo sem linguagem política, essas experiências formaram um protomovimento que, décadas mais tarde, alimentaria reivindicações públicas.

De acordo com Miguel (2021, p. 321), a virada ocorre após a democratização do país, quando novas tecnologias e maior abertura política propiciam a criação do jornal As Cores do Amor. Suas mensagens transmitidas inicialmente por fax afirmavam que a homossexualidade não era doença, não era escolha e tampouco era “importação ocidental”. O jornal funcionou como espaço de educação, apoio e criação de identidade coletiva, dando origem a uma nova geração de ativistas.

Com o tempo, essas iniciativas se formalizam e culminam na fundação da LAMBDA, cuja trajetória é marcada por contradições. A organização tornou-se referência nacional e internacional, mesmo sem reconhecimento legal do Estado. Esse paradoxo, cooperação governamental em áreas como saúde, mas silêncio jurídico quanto à sua legalização, revela uma postura estatal ambígua. O governo, ao mesmo tempo que evita reconhecer o movimento, recorre a ele para questões estratégicas, revelando uma relação que oscila entre tolerância e contenção.

> Uma ordem que não está desvinculada da ordem colonial e das suas formas de dominação atualizadas. Nessa perspectiva, o controle sobre o corpo, sexualidade e reprodução, a divisão do poder e a divisão sexual do trabalho são dimensões inextricáveis dessa sociedade patriarcal, capitalista e racista e ao seu modo de produção hegemônico que exaure o corpo dos trabalhadores e trabalhadoras e exaure os recursos naturais do planeta (MARCOSUR, 2018, p. 187).

Assim, tanto no campo do gênero quanto no da sexualidade, Moçambique apresenta um quadro complexo, de um lado, tradições que conferem sentido à vida comunitária; de outro, desigualdades que persistem em nome da preservação cultural. O caso do movimento LGBT evidencia as ambiguidades do Estado pós-colonial, que oscila entre a cooperação pragmática e a recusa simbólica do reconhecimento pleno. Essa postura revela que a luta por direitos sexuais e de género não se limita à conquista de espaços institucionais, mas passa, sobretudo, pela disputa de sentidos sobre corpo, cidadania e pertença social. Trata-se de uma disputa profundamente enraizada nas estruturas herdadas do colonialismo e reatualizadas nas dinâmicas contemporâneas do poder.

Nesse cenário, o debate sobre gênero e sexualidade não pode ser dissociado das práticas culturais que organizam a vida social. Costumes como o lobolo e o levirato continuam a oferecer sentido e coesão às comunidades, mas também podem operar como mecanismos de reprodução de desigualdades quando tomados como naturais e imutáveis. O desafio que se coloca não é o da negação da cultura, mas o da sua reinterpretação à luz das experiências concretas de quem vive suas consequências no quotidiano.

Assim, Moçambique encontra-se diante de uma encruzilhada histórica que exige escolhas éticas e políticas. Reconhecer identidades de género e orientações sexuais diversas não significa importar modelos externos, mas afirmar o princípio fundamental da dignidade humana como valor transversal à própria história do país. O futuro desse debate dependerá da capacidade coletiva de articular tradição e mudança, memória e justiça social, de modo a construir uma sociedade em que a diferença deixe de ser motivo de exclusão e passe a ser reconhecida como parte constitutiva da vida social moçambicana.

Conclusão

O estudo demonstrou que gênero e sexualidade em Moçambique constituem campos marcados por disputas simbólicas e tensões históricas. Embora existam avanços institucionais importantes, o cotidiano ainda é atravessado por estigmas, desigualdades e limites impostos por tradições rígidas. Construir uma sociedade mais inclusiva exige mais do que legislação, requer diálogo contínuo entre ciência, cultura e políticas públicas. A educação crítica, o fortalecimento das organizações comunitárias e a valorização das experiências locais são passos fundamentais. Como limitação, destaca-se a falta de trabalho de campo recente. Sugere-se que futuras pesquisas realizem investigações etnográficas aprofundadas, sobretudo em comunidades rurais e entre jovens. Porem, compreender gênero e sexualidade em Moçambique significa olhar para o passado sem romantizá-lo e, ao mesmo tempo, construir um futuro onde tradição e direitos humanos não sejam forças opostas, mas dimensões capazes de dialogar em prol da sociedade.

Referências Bibliográficas

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad: Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 16ª ed. Trad: Renato Aguiar. Rio de janeiro: Civilização Brasileira. 2018.

CASIMIRO, Isabel. **Paz na Terra, Guerra em Casa:** Brasil e Africa. Santa Catarina: UFPE. 2008.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche:** Uma história de Poligamia. São Paulo: SCHWARFY. 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade.** Trad. Maria Thereza Da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro, Graal. 1999.

MAGAIA, Lina. **Dumba Nengue:** Histórias trágicas do banditismo. São Paulo: Ática. 1990.

MARCOSUL A. F. **Teorias em movimento:** reflexões feministas na Articulação Feminista Marcosur. Recife: SOS Corpo. 2018.

MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. **Uma História do Movimento LGBT em Maputo.** Bahia, Afro-Ásia. 2021.

OMS. **Saúde e sexualidade de adolescentes.** Brasília: MS. 2017.